

Ameaças e assassinatos de jornalistas, radialistas e blogueiros aumentam 30% no Brasil em 2018, diz organização

Segundo o estudo “violações à liberdade de expressão” da Artigo 19, foram registrados 35 graves violações, sendo 26 ameaças de morte, quatro homicídios, quatro tentativas de homicídio e um sequestro no ano passado

(G1, 07/05/2019 - acesse no site de origem)

Graves violações contra comunicadores, como jornalistas, radialistas e blogueiros, aumentaram cerca de 30% em 2018 se comparado com o ano anterior no Brasil, de acordo com relatório divulgado pela organização internacional Artigo 19.

Segundo o estudo “violações à liberdade de expressão”, foram registrados 35 graves violações, sendo 26 ameaças de morte, quatro homicídios, quatro tentativas de homicídio e um sequestro no ano passado. Em 2017, a Artigo 19 registrou 27 casos.

O ano de 2018 repetiu o número registrado em 2012 e 2015, anos com os maiores números de casos. É a sétima vez que a organização publica esse relatório. A Artigo 19 é uma organização internacional de direitos humanos que atua na defesa e promoção da liberdade de expressão e do acesso à informação pública.

As informações apuradas no relatório dizem respeito somente às graves ocorrências. No entanto, também são monitoradas outras formas menos graves de violações, que servem de subsídio para o levantamento.

Segundo o estudo, o ano de 2018 foi internacionalmente reconhecido como violento para jornalistas. No Brasil, o perfil mais vulnerável é o do comunicador que atua em cidades pequenas, 19 casos (54%).

Os jornalistas foram os mais atingidos por graves violações em 2018, correspondendo a 17 casos (49%), sendo a maioria dos casos de ameaças de morte, 14 ocorrências. Em segundo lugar, aparecem os radialistas, com 12 casos (34%), o maior número já registrado pela Artigo 19 de violações contra essa categoria.

Dos quatro assassinatos, dois casos foram de radialistas, um em Goiás, outro do Pará. [Relatório do Ministério Público mostrou que, entre 1995 e 2018](#), 64 jornalistas, profissionais de imprensa e comunicadores foram mortos no exercício da profissão no Brasil.

Dos 35 comunicadores, 27 relataram ter sofrido algum tipo de violação anterior, como agressões verbais, intimidação, processos judiciais dentre outras. Dez contaram já ter recebido ameaças de morte em razão de sua atuação.

O relatório também identificou 5 casos de atentados a redações ou sedes de veículos em 2018. Em alguns casos, blogueiros e outros comunicadores trabalham em suas casas.

Em 2018, houve 11 casos de violações online, quando alguma ferramenta online serviu de meio para a veiculação de ameaça de morte, como aplicativos de mensagens, mídias sociais ou e-mails. Oito jornalistas foram alvos online. O relatório chama atenção para as subnotificações, já que muitos jornalistas não relatam essas ameaças.

Onde ocorrem as violações?

A região Nordeste segue com o maior número de graves violações, com 13 casos, seguida pelo Sudeste, 8 casos, onde está a maior parte dos veículos de comunicação do Brasil, e 7 no Norte, dentre eles dois assassinatos.

São Paulo continua como o estado com mais casos, 5, repetindo o número de 2016 e 2017. Em seguida, aparecem Bahia e Paraíba, com 4 casos cada.

Apesar de as cidades pequenas concentrarem o maior número dos casos, houve crescimento nos registros ocorridos em cidades grandes (com mais de 500 mil habitantes): de 2 para 8 violações.

Quem comete?

Dentre as pessoas que mais cometem as violações estão políticos, policiais e agentes públicos em todos os anos levantados pelo relatório: 18 (51%) foram cometidas por agentes do estado, das quais 15 tiveram políticos por trás.

Os comunicadores são mais perseguidos após fazerem denúncias: 26 dos casos apurados (74%). A organização também chama a atenção para o alto número de casos em que os autores não se encaixam em nenhum perfil específico. “Trata-se do que uma das vítimas apontou com preocupação: a ascensão do cidadão comum como agressor. Alguns desses casos possuem um autor específico responsável pela ameaça, enquanto em outros há uma variedade de agressores”, diz o relatório.

“Outro traço dos ataques online é o ataque à figura pessoal da comunicadora ou comunicador. Dentre todos os tipos de motivação aqui listados, notamos ofensas e ataques direcionados à pessoa, não apenas ao conteúdo de sua produção. Este nível de personalização da agressão é preocupante, em especial quando a fronteira entre perfil pessoal e profissional de comunicadores em redes sociais muitas vezes não existe”, completa.

A principal motivação segue sendo a realização de denúncias, o que se nota em 26 dos casos apurados (74%).

“Os casos de graves violações em 2018 demonstram dois aspectos do cenário de violência. Primeiro, se reforçam as tendências históricas de ataques de pessoas poderosas, especialmente políticos, contra comunicadores em cidades pequenas que realizam denúncias contra ações realizadas por essas pessoas. Em segundo lugar, fica evidente um cenário que já vinha se desenhando nos últimos anos: os ataques online contra comunicadores têm se intensificado e impactado a vida e o trabalho de comunicadores inclusive fora da esfera virtual, de modo que novos desafios no enfrentamento da violência são colocados”, afirma Thiago Firbida, assessor de Proteção e Segurança da Artigo 19 e responsável pelo relatório.

Cíntia Acayaba

[Violência contra mulheres jornalistas aumenta nas Américas, diz relatório da CIDH](#)

Mulheres jornalistas são “duplamente suscetíveis a serem vítimas de violência” no continente americano, por exercerem seu direito à liberdade de expressão e por razões de gênero. Isso está estabelecido no relatório “[Mulheres jornalistas e liberdade de expressão](#)” publicado pela Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 8 de março.

[\(Jornalismo nas Américas, 15/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O relatório examina a violência física contra mulheres jornalistas, bem como o assédio online e dentro das redações.

Segundo o relatório, os ataques mais comumente relatados por mulheres jornalistas assumem três formas diferentes: “violação sexual de jornalistas em retaliação por seu trabalho, abuso sexual de jornalistas em cativeiro ou detenção e violência sexual por parte de multidões contra jornalistas que cobrem atos públicos”.

Da mesma forma, o gênero não apenas determina as maneiras diferenciadas de violência, mas geralmente esses atos têm repercussão em suas famílias. Mulheres jornalistas relatam que os ataques que “visam intimidá-las ou silenciá-las são perpetrados contra o ambiente familiar, incluindo seus filhos e filhas”, segundo o relatório.

“Os atos de violência contra as mulheres, e especialmente contra as mulheres jornalistas, não são atos isolados, mas são sintomáticos de um padrão de discriminação estrutural da mulher, que tem suas raízes em conceitos relacionados à inferioridade e subordinação da mulher antes aos homens”, diz o relatório. “Machismo e estereótipos de gênero enraizados nas sociedades dos países da região aumentam a situação de risco das mulheres jornalistas e impedem que elas exerçam plenamente seu direito à liberdade de expressão e seu direito a viver uma vida livre de violência”.

Segundo dados da Unesco, extraídos do relatório da Relatoria Especial, nos últimos anos tem havido um aumento no assassinato de mulheres jornalistas no mundo. Entre 2012 e 2016, a Unesco registrou 38 assassinatos de mulheres jornalistas, representando 7% dos assassinatos de jornalistas durante esse período. Por sua vez, o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) informou que em 2017 morreram 8 mulheres jornalistas em todo o mundo, o que significa 19% de todos os jornalistas mortos naquele ano, acrescenta o informe.

Por sua vez, a Relatoria Especial documentou, entre 2012 e 2018, sete assassinatos de comunicadores e trabalhadores da mídia por motivos que poderiam estar relacionados ao seu trabalho nas Américas. Os crimes ocorreram na Colômbia e no México. Na Colômbia, foram registrados os casos de [Flor Alba Núñez](#) (ocorrido em 2015) e da comunicadora

indígena [Efigenia Vásquez Astudillo](#) (2017). O México registrou os assassinatos das jornalistas [Regina Martínez](#) (2012) e [Miroslava Breach](#) (2017), assim como a funcionária administrativa de um jornal [Irasema Becerra](#) (2012), de uma usuária do Twitter identificada como [María del Rosario Fuentes Rubio](#) (2014) e da blogueira [Leslie Ann Pamela Montenegro](#) (2018).

A violência sexual contra mulheres jornalistas é uma das questões que gera maior preocupação.

Em um estudo global conduzido pela Fundação Internacional de Mulheres para a Mídia, adotado no relatório da Relatoria, das 597 mulheres pesquisadas, 63% disseram ter sido ameaçadas ou assediadas online, 58% ameaçadas ou hostilizadas pessoalmente e 26% vítima de ataques físicos.

Embora não haja números gerais para a região, o relatório aponta que em países como Colômbia, Paraguai, Brasil e México, mulheres jornalistas relataram serem vítimas de violência e assédio sexual no desenvolvimento de seu trabalho.

Em El Salvador, todas as mulheres jornalistas que participaram de um estudo local relataram ter sofrido assédio sexual durante seu trabalho em campo, e mais de 96% disseram ter experimentado isso mesmo dentro dos meios em que trabalhavam.

No Brasil, 75% das mulheres jornalistas que responderam a uma pesquisa online para um estudo local disseram que receberam comentários desconfortáveis sobre seu corpo, roupas ou aparência no exercício de sua profissão.

Um dos aspectos que a Relatoria Especial destaca em todo o seu relatório é o aumento da violência online, da qual as mulheres jornalistas são vítimas. Um fato também encontrado pela Unesco em seu relatório "[Tendências globais na liberdade de expressão e desenvolvimento da mídia: Relatório Regional 2017-2018 da América Latina e do Caribe](#)". Esses ataques caracterizam-se pelo tema de gênero, o que torna os comentários "misóginos e de conteúdo sexual", segundo o relatório da Relatoria Especial.

No entanto, os perigos não estão apenas na rua durante a cobertura. O escritório também é um lugar onde elas são atacadas, de acordo com o relatório. Lá, as mulheres jornalistas recebem comentários indesejados sobre sua maneira de se vestir, assobios, "piadas" de conteúdo sexual e contato físico indesejado.

A situação é mais complicada para jornalistas mulheres indígenas ou afrodescendentes, que são mais propensas a serem estigmatizadas, diz o relatório.

A Relatoria Especial observa com preocupação que a maioria dos casos denunciados permanece impune. Embora a organização reconheça que alguns estados estão tentando melhorar, "observa com preocupação a persistência de obstáculos que vão desde a ausência de mecanismos e programas específicos de proteção em alguns países até deficiências associadas à concepção e implementação efetiva dos mecanismos existentes", segundo o relatório. .

Por exemplo, entre os aspectos mencionados no relatório, está a falta de funcionários públicos treinados com uma perspectiva de gênero para receber e investigar queixas de mulheres jornalistas. Em muitas ocasiões, diz o relatório, as mulheres são revitimizadas.

Por essa razão, o relatório culmina com uma série de recomendações aos Estados sobre suas três obrigações de proteger, prevenir e buscar justiça nos crimes.

Algumas recomendações têm a ver com a necessidade de formar seus funcionários com uma perspectiva de gênero, que seria colocada em prática ao estabelecer medidas e proteção para mulheres jornalistas. Por exemplo, que a família da jornalista seja levada em conta nessas medidas.

O relatório também lembrou aos Estados que os crimes sexuais deveriam ser investigados com maior rapidez e garantindo a não-revitimização das pessoas.

A Relatoria Especial também faz recomendações para que os meios de comunicação trabalhem para melhorar o ambiente de trabalho, criando protocolos claros para denunciar o assédio, bem como treinamento em medidas de autoproteção.

O relatório foi preparado em coordenação com a Relatoria sobre os Direitos da Mulher, também da CIDH, e conta com contribuições da Comissão Interamericana de Mulheres, mulheres jornalistas da região, especialistas no tema e a sociedade civil, informou a [Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão em um comunicado](#).

Veja o relatório completo em espanhol [aqui](#), e em inglês [aqui](#).

Silvia Higuera

Barreiras jornalísticas represam investigações importantes sobre assédio, por Paula Cesarino Costa

Cabe discutir se a imprensa está interessada e preparada para investigar com independência

(Folha de S.Paulo, 16/12/2018 - acesse no site de origem)

Mais de 300 mulheres se apresentaram, na última semana, para formular acusações de abuso sexual e estupro contra o médium João de Deus, uma celebridade internacional. As primeiras vítimas foram ouvidas pelo programa Conversa com Bial, da TV Globo, e pelo jornal O Globo, que apresentaram depoimentos de quase uma dezena de mulheres.

Em seguida, todos os órgãos de imprensa localizaram e ouviram novas vítimas e mulheres se manifestaram em delegacias pelo país afora, numa avalanche que arrastou a própria família do médium, cuja filha relatou anos de abuso.

Um comportamento violento que parece ter se repetido impunemente perdurou anos e anos, sobrevivendo a uma série de reportagens laudatórias a um homem que se diz com poder de cura. Tudo nesse caso parece espetacular.

Após acusações contra outro líder espiritual, o dito guru Siri Prem Baba, uma holandesa deu seu depoimento em redes privadas de grupos feministas. Passaram-se seis meses até que fosse publicado. É tempo demais, indício de que tais acusações costumam ser descartadas de antemão, por razões jornalísticas, jurídicas e possivelmente morais.

Cabe discutir aqui se a imprensa está preparada, interessada e se tem ferramentas para investigar de forma independente esse tipo de crime, no limite da intimidade de agressores e vítimas.

O tema da violência contra mulheres já ocupou este espaço outras vezes. Volto a ele porque tenho a impressão de que a Folha não parece atenta, empenhada e mobilizada para entender quão necessárias e relevantes são as investigações que desnudem a violência de gênero. São processos delicados, que causam melindres nas estruturas de poder, também na que gere as Redações.

A Folha foi o primeiro jornal a publicar relatos de vítimas do médico Roger Abdelmassih, em 2009. A reportagem não foi editada na capa do caderno nem tinha chamada na primeira página. Tal precaução e discrição revela como denúncias de violência sexual enfrentam barreiras seletivas infinitamente maiores do que, por exemplo, as de corrupção.

Publicam-se longos relatos de delações premiadas, muitas das quais baseadas em inferências e em reprodução de conversas de terceiros. Nos casos de assédio, o relato de vítimas é tratado com desconfiança máxima, exigindo provas concretas, como se a maioria dos crimes sexuais pudesse ser (e tivesse de ser) atestada por meio de exames médicos e perícias científicas. A realidade mostra que não é assim.

Claro que sempre defenderei o farto e amplo direito de defesa dos acusados, além do rigor técnico e da responsabilidade ao publicar. Manifestei à Redação a necessidade de dar voz a João de Deus para que se explique e se defenda, além de lembrar que o trabalho benemerente que fez a milhares de pessoas, que assim o relataram em público, não merece nem deve ser ignorado.

O jornal precisa investir em normas institucionais para municiar e amparar repórteres que investiguem acusações de assédio. Existem manuais que orientam como abordar, tratar e proteger vítimas de abuso sexual, evitando que a imprensa seja uma barreira a mais no tecido social contra a revelação de casos desse tipo.

Desacreditar a vítima, obrigá-la a exposição pública que pode ser vexaminosa, levá-la a abrir mão da proteção de sua identidade para que seu relato tenha credibilidade, esses são, por exemplo, pontos condenados por especialistas internacionais na apuração de reportagens sobre crimes sexuais.

Para o secretário de Redação da Folha, Vinícius Mota, “são trabalhos difíceis, porque envolvem acusações criminais graves, capazes de destruir reputações independentemente da sua solidez, em fases às vezes distantes da conclusão judicial”. Defende que sejam redobrados os cuidados com a aplicação da boa técnica jornalística e com a exposição da apuração ao contraditório.

Nas resoluções para 2019, a Folha deveria criar uma força-tarefa para investigar abusos de poder e crimes sexuais. Qualificado por meio de cursos, debates e relatos de experiências anteriores, esse núcleo seria capacitado a manejar adequadamente as ferramentas investigativas específicas.

Quanto criminosos sexuais em série existem nos diversos níveis de poder, agindo impunemente?

Quanto são os relatos que, ouvidos em rodinhas de jornalistas, replicam histórias de abusos nas castas políticas, empresariais e culturais e não chegam ao distinto público nem viram inquéritos?

Os ocupantes do poder —e a sociedade de forma mais ampla— tendem a ser conservadores, machistas e coniventes com práticas abusivas contra mulheres. É uma pauta vista como delicada, em que a imprensa de modo geral, ainda opta pelo manto do silêncio em nome da privacidade e da proteção da honra. Acaba sendo, se não cúmplice, ao menos pouco vigilante e descuidada.

Paula Cesarino Costa é jornalista, foi Secretária de Redação e diretora da Sucursal do Rio. É ombudsman da Folha desde abril de 2016.

#UmaPorUma leva 7º Prêmio Amaerj **Patrícia Acioli de Direitos Humanos**

A iniciativa do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação (SJCC) também foi premiada na 40ª edição do Prêmio Vladimir Herzog e na 24ª Prêmio Cristina Tavares de Jornalismo

(JC Online, 12/11/2018 - acesse no site de origem)

O projeto [#UmaPorUma](#), que contabiliza e conta as histórias de todas as mulheres assassinadas em Pernambuco no ano de 2018, foi um dos premiados na categoria Reportagens Jornalísticas do 7º

Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos, entregue ontem (12), no Rio de Janeiro. A iniciativa do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação (SJCC) também foi premiada na 40ª edição do Prêmio Vladimir Herzog e na 24ª Prêmio Cristina Tavares de Jornalismo.

“Reconhecimento ao trabalho de forma engajada e comprometida de toda uma equipe que envolve mais de trinta pessoas, em sua maioria mulheres”, afirmou Ciara Carvalho, coordenadora do projeto juntamente com a jornalista Julliana de Mello.

Segundo a jornalista Ciara, quando o [#UmaPorUma](#) traz a história de cada uma dessas vítimas de feminicídio, é um grito de denúncia. “A intenção é mostrar que as mulheres precisam parar de ser mortas. Que elas não podem mais ser vítimas do ódio e posse do machismo”, explicou. “A iniciativa encara a temática da violência doméstica, contra mulher, além da violência de gênero. Esse trabalho reflete sentimento de uma época”.

O evento foi promovido pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, realizado na sede do Tribunal de Justiça do Estado e contou com a presença do ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Dezoito finalistas concorreram categorias trabalhos dos Magistrados, Práticas Humanísticas, Trabalhos Acadêmicos e Reportagens

Jornalísticas - que teve cinco finalistas e três deles foram vencedores.

Para a premiação de ontem foram inscritos 355 projetos. Dos 18 finalistas, cinco concorriam na mesma categoria do #UmaPorUma.

Além dos números

A contagem de casos do #UmaPorUma será encerrada em janeiro de 2019, mas o acompanhamento dos casos deste ano vai continuar. “O que se sabe desses casos? O que aconteceu com eles? E com os autores? Alguma punição. Nós queremos ir muito além da contabilidade”.

Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos

Criado em 2012, o Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos celebra a memória da juíza, da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, morta em 2011, em Niterói, por policiais militares. Aos trabalhos abordam temas como escravidão, fome, refugiados, violência urbana, feminicídio e prolongamento artificial da vida. A instituição Cáritas, vinculada à Arquidiocese do Rio de Janeiro, foi homenageada com o Troféu Hors-Concours, por causa da atuação abnegada e permanente em defesa do refugiado desfavorecido.

Quem faz o #UmaPorUma

Reportagem: Adriana Guarda, Adriana Victor, Amanda Azevedo, Amanda Miranda, Amanda Rainheri, Anneliese Pires, Ana Maria Miranda, Bianca Bion, Ciara Carvalho, Cinthia Ferreira, Diana Moura, Elaine Santana, Eugênia Bezerra, Giovanna Torreão, Ísis Lima, Ismaela Silva, Juliana Oliveira, Julliana de Melo, Karoline Albuquerque, Laís Reynaux, Luiza Freitas, Mariana Dantas, Marina Padilha, Marília Banholzer, Mayra Cavalcanti, Milenna Gomes, Mona Lisa Dourado, Renata Lima, Roberta Soares, Vanessa Cortez e Vanessa Silva

Diretoria: Laurindo Ferreira, Maria Luiza Borges e Beatriz Ivo

Edição: Diogo Menezes, Betânia Santana e Gustavo Belarmino

JC Imagem: Arnaldo Carvalho, Heudes Regis, Bobby Fabisak, Diego Nigro, Felipe Ribeiro e Sérgio Bernardo

Design: Bruno Falcone Stamford, Karla Tenório, Moisés Falcão, Bruno de Carvalho, Eudes Belmiro, Eduardo Mafra e Ronaldo Câmara

Multimídia: Eriberto Pereira, Victória Gama, Tathiane Santos, Catarina Farias e Diogo Azevedo

Série especial sobre feminicídio quer contar histórias das vítimas em Pernambuco

Criado a partir de uma campanha, o projeto #UmaPorUma, do Jornal do Commercio, tem como objetivo mensurar as mortes violentas de mulheres no estado e também contar suas histórias

(Agência Patrícia Galvão, 25/07/2018)

A Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104) foi aprovada em 2015 e, segundo o [11º Anuário de Segurança Pública](#), em 2016 haviam sido registradas 4.606 mortes violentas de mulheres no país - o que representa 1 mulher assassinada a cada 2 horas no Brasil; porém, somente 621 casos foram classificados como feminicídios (13,5% do total). Em Pernambuco, o número total foi de 280 homicídios de mulheres, com 75 feminicídios registrados nesse mesmo ano.

Contar as histórias dessas mulheres assassinadas, entender a motivação de cada homicídio e mensurar o problema no estado foram as razões que levaram Ciara Carvalho e Juliana de Melo a darem início à série especial de reportagens [#UmaPorUma](#). Publicada no *JC Online*, versão web do *Jornal do Commercio*, o projeto contabiliza as mortes de mulheres em Pernambuco desde janeiro deste ano. Na última atualização feita em maio já contavam 110 mortes, sendo 27 delas feminicídios.

Em entrevista exclusiva para a *Agência Patrícia Galvão*, a jornalista Ciara Carvalho, coordenadora do [#UmaPorUma](#), falou sobre a concepção do projeto, os desafios encontrados e também os próximos passos a serem desenvolvidos no âmbito desse trabalho.



Equipe #UmaPorUma (Foto: Reprodução)

Como surgiu a ideia do projeto?

Ciara Carvalho: A ideia surgiu depois que fizemos no final de 2017 uma pequena série de reportagens especiais chamada "[A Culpa Não é Delas](#)", em que falávamos sobre as diversas violências sofridas pelas mulheres dentro e fora de relacionamentos e nos questionávamos sobre o quanto isso contribui para a cultura de violência. A série acabou se tornando uma campanha que ganhou espaço nas redes sociais e teve um retorno muito bom do público.

A partir dessa experiência, que foi extremamente positiva, entendi que era preciso dar um passo mais adiante. A Juliana de Melo, que é a outra jornalista que coordena esse projeto, também estava sentindo essa necessidade e, então, pensamos em fazer um levantamento dos casos de feminicídio. Juntas elaboramos esse projeto e chegamos na formatação que temos hoje. Vamos monitorar os casos no estado por ano, porque assim entendemos que vamos conseguir uma radiografia de fato, muito realista e aprofundada.

Depois de formatado o projeto, criamos o Grupo Coletiva, que reúne outras mulheres jornalistas engajadas com o tema, para compor a equipe do projeto. Iniciamos esse projeto com um levantamento de 3 meses - janeiro, fevereiro e março. Fizemos um verdadeiro mutirão para resgatar esses três meses e poder colocar a primeira versão do site, que foi ao ar no dia 29 de abril de 2018.

Fora o desafio de atualização, de manter o site em dia, vocês encontraram outras dificuldades para mapear esses casos, entrar em contato com as famílias e saber mais sobre cada história?

Ciara Carvalho: São muitas as dificuldades. A questão do mapeamento, de fato, é uma delas, porque além de trazer os casos, levantamos as estatísticas e a situação processual desses casos. Então, esse é um esforço gigantesco do projeto, porque sabemos que não é fácil conseguir essas informações dos órgãos públicos. Apesar da grande receptividade, existem barreiras muito grandes, como a demora em receber os dados, por exemplo.

A outra ponta é exatamente essa parte de localizar a família. A maior parte dos casos acontece no interior e por isso existe uma dificuldade a mais para falar com esses familiares. Temos que ir atrás de telefones das UPAs, dos centros sociais, tentamos de todas as formas, porque muitas vezes a informação que a Polícia dá é muito pouca em relação ao que precisamos para o nosso trabalho.

Estamos comprometidas no esforço de tentar chegar o mais próximo possível dessas histórias e conseguir depoimentos de pessoas que conviveram com aquelas mulheres e que podem dar um relato mais fiel do que apenas o que consta no B.O.

O #UmaPorUma vai além de dar nomes e rostos aos números de mortes; vocês contextualizam, falam sobre a cultura da violência, sobre a família que fica.

Ciara Carvalho: Exatamente, tentamos ao máximo, e dentro do possível, chegar perto da história dessa mulher. A maioria das vezes encontramos uma família fragilizadas, às vezes constrangida e com medo e, claro, recebemos a resposta de que eles não querem falar sobre o assunto. Mas em geral a receptividade é muito boa, a família se identifica com o projeto e vê ali uma maneira de manter viva a memória daquela mulher, de acompanhar e ajudar no processo judicial.

Aí então conseguimos contextualizar aquela morte, porque a ideia é que esse número seja apenas o primeiro passo. O que mais importa para nós são os contextos, tanto que sempre falamos em 'contar' no duplo sentido. Contar numericamente mas, principalmente, contar as histórias dessas mulheres, porque é nesse mergulho individual sobre cada uma delas e sobretudo sobre os casos de feminicídio, que começamos a identificar as semelhanças, os padrões de comportamento, as negligências. É por onde conseguimos traçar o cenário dessa violência tão cruel a que a mulher é submetida.

Como vocês enxergam o papel do jornalismo ao abordar assuntos como esse? Vocês acham que isso ajuda a sensibilizar e conscientizar a população sobre o tema?

Ciara Carvalho: Defendo muito que o jornalismo se posicione. Em determinados temas em que a subjetividade não dá conta, precisamos ir além, no sentido de fazer questionamentos mais direcionados e derrubar preconceitos e certos entendimentos que só alimentam o ciclo da violência.

Observamos que às vezes o próprio jornalista reproduz o discurso com uma fala totalmente ultrapassada, como por exemplo dizer que a vítima foi morta por ciúmes ou 'crime passionnal', e precisamos evoluir na forma como contamos essas histórias, pois elas dizem muito. Chamar um feminicídio de 'crime passionnal' é amenizar uma situação muito grave.

Vejo também um paralelo muito grande com a forma como tratávamos há muito tempo atrás a questão do 'menor infrator', por exemplo, e como evoluímos nessa questão. O próprio tratamento da imprensa ajudava a marginalizar esse jovem e vejo um processo muito semelhante em relação à questão de gênero. Estamos aprendendo a lidar com esse tema e defendo que a forma de contar é muito importante, na realidade ela é decisiva.

Como a proposta foi recebida na redação entre os colegas? Houve resistência, demonstrações de preconceito?

Ciara Carvalho: De uma forma geral, principalmente entre as mulheres, a proposta foi abraçada por todos, inclusive pela direção do jornal. É claro que como essas questões envolvem feminicídio, as próprias questões de gênero e feminismo, sempre encontramos algumas pessoas mais resistentes no debate e dentro da redação não seria diferente. Achem que é exagero, que tudo agora é feminicídio. Ainda escutamos algumas coisas desse tipo, mas o movimento é muito mais positivo e receptivo do que refratário, inclusive temos um grupo de homens que estão bastante engajados no projeto. Desde o início nosso diretor de redação também apoiou bastante. Quisemos que o coletivo de apuradoras fosse composto por mulheres, pela identificação absoluta e pelo lugar de fala, mas o trabalho reúne e abraça outros profissionais, inclusive homens que têm colaborado de forma muito preciosa.

Existem planos de expandir esse trabalho para fora do JC?

Ciara Carvalho: Um dos propósitos do projeto #UmaPorUma é criar um manual de redação interno sobre como tratar o tema do feminicídio e da violência doméstica. A parceria com o Instituto Maria da Penha tem nos permitido uma conversa sobre isso em paralelo, porque queremos sensibilizar a redação para que os jornalistas não reproduzam esses equívocos que escutamos durante a apuração.

Pensamos também em fazer um seminário interno, trazendo algumas pessoas para falar com os jornalistas da redação para que essas reflexões surjam na hora de escrever, principalmente

porque estamos em um sistema de comunicação, temos rádio, TV e *online*. Então, a quantidade de profissionais é muito grande e nos preocupamos que essa sensibilização chegue a todos esses veículos.

Tainah Fernandes

Sensibilidade é crucial para produzir matérias que tratam da violência contra a mulher

Reportagens sobre feminicídio e exploração sexual infantil exigem perspectiva mais humana sobre histórias

(Congresso Abraji, 28/06/2018 - acesse no site de origem)

O olhar humano e a vulnerabilidade de vítimas da violência são preocupações essenciais na cobertura de histórias sobre feminicídio e exploração sexual infantil. As jornalistas Carolina OMS e Amanda Célio, ambas da revista digital Azmina, junto com Julianna de Melo e Ciara Carvalho do Jornal do Commercio, valorizam esse tipo de abordagem nos projetos 'As meninas de minas' e #UmaPorUma.

As iniciativas dos dois grupos foram destaque na palestra sobre 'Mulheres, violência e a sensibilidade para contar as histórias', no 13º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo. A revista [Azmina](#) existe há três anos, é um projeto sem fins lucrativos que busca, através do jornalismo, informar e combater os diversos tipos de violência contra a mulher.

Em 2017, lançaram um edital que ofereceria financiamento para a produção de uma matéria, sendo escolhido o projeto 'As meninas de minas' da jornalista Amanda, mineira e assessora de imprensa, que fala sobre exploração sexual infantil nas estradas de Minas Gerais. A repórter conta que guardou esse tema por nove anos até ter a chance de produzi-lo.

Já o projeto [#UmaPorUma](#) nasceu em janeiro de 2018 com o intuito de mapear todas as mortes de feminicídio no estado de Pernambuco ao longo desse ano. Ele é encabeçado por jornalistas do Jornal do Commercio de Pernambuco. Hoje conta com 29 profissionais envolvidos, desde cientistas de dados até design gráficos que auxiliam nas ilustrações dos casos e na construção do site.

As quatro jornalistas relataram os desafios de produção das reportagens em ambos os projetos. Segundo Carolina, editora da matéria "As Meninas de Minas", o maior desafio foi não entrevistar as crianças exploradas sexualmente. Durante a apuração, ela sentiu certa estranheza ao não ter os relatos das vítimas no texto, mas depois de toda a reportagem concluída viu que esse era o seu grande diferencial humanizador, pois entrevistá-las seria fazer com revissem esse trauma e suas dores.

Um debate surgiu a respeito da exposição dos rostos e cenas dos crimes de feminicídio no projeto #UmaPorUma, e as jornalistas chegaram ao consenso de que seria importante trazer essas informações. Para Ciara, a cena do crime diz muito sobre o motivo das mortes dessas mulheres, por isso optaram por utilizar ilustrações no lugar dessas imagens. Já a foto de identificação das vítimas no site do projeto é escolhida junto com a família, num processo de resgate da memória e da história daquela pessoa.

Envolvimento do jornalista

Uma das questões trazidas durante o debate na palestra, foi sobre a questão do envolvimento entre o jornalista e uma pauta. A opinião de Amanda é que esse envolvimento é inevitável, porém ela destaca que durante a apuração sobre exploração sexual infantil, tentou se distanciar um pouco para que conseguisse extrair informações importantes dos caminhoneiros, que por muitas vezes são agentes participativos da exploração. Se não tivesse mantido essa postura, talvez não conseguisse informações cruciais para a reportagem.

“Eu fui com nível de concentração e uma carga de responsabilidade muito alta”, conta Amanda. No entanto, durante a produção, ela se deparou com uma frase, dita por uma prostituta, que a tocou muito “você podia fazer matéria aí, né? Matéria de tirar a gente daqui”, repetiu a jornalista com a voz embargada, “isso mostra que elas não estão ali necessariamente porque querem”, completa. Já para Ciara, o envolvimento é necessário e inevitável numa pauta que exige sensibilização.

A humanização no jornalismo, tema do debate, pode variar dependendo da pauta e seu contexto. Mas um fator comum, que foi trazido na fala de Amanda, traduz o que um projeto de jornalismo humanizado precisa defender: “as pessoas vêm antes das histórias”. Carolina destacou que com preparação, a abordagem humanizada vai se tornando natural e, especificamente para cobertura de temas relacionados a mulher, indicou o manual de redação do [Think Olga](#).

Ciara sintetiza essa trajetória, intitulando esse jornalismo como de guerrilha, “no sentido mais verdadeiro de transformação” e completou mais tarde “deixar de fazer é não existir e não há essa opção”.

O 13º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo é uma realização da Abraji e da Universidade Anhembi Morumbi com o patrocínio de Google News Lab, Grupo Globo, Facebook Journalism Project, Mcdonald's, Estadão, Folha de S.Paulo, Gol, Itaú, Nexo Jornal, Twitter e UOL, e apoio da ABERT, ANJ, ANER, Comunique-se, BuzzFeed, Consulado dos Estados Unidos, ETCO, FAAP, Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, Revista Piauí, Jornalistas & Cia., Knight Center for Journalism in the Americas, OBORÉ Projetos Especiais, Portal Imprensa, Textual e UNESCO. Desde sua 5ª edição, a cobertura oficial é realizada por estudantes do Repórter do Futuro, sob a orientação de coordenadores do Projeto e diretores da Abraji.

1º Prêmio TJMS de Jornalismo - ComunicAÇÃO pela Igualdade de Gênero - Inscrições até 31/08/2018

Prêmio de Jornalismo do TJMS abordará violência contra a mulher

(TJMS, 21/05/2018 - acesse no site de origem)

Lançado oficialmente durante o Simpósio Regional Violência de Gênero, o 1º Prêmio de Jornalismo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul terá em sua primeira edição a ComunicAÇÃO pela Igualdade de Gênero.

O concurso distribuirá R\$ 30 mil em prêmios nas categorias Telejornalismo, Jornalismo Impresso, Jornalismo Online, Radiojornalismo, Fotojornalismo e Universitário. A solenidade de premiação será em novembro, durante a 11ª Semana da Justiça pela Paz em Casa.

Para participar, o profissional ou acadêmico da área de Comunicação Social deverá inscrever, no site do TJMS, trabalhos inéditos e publicados de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2018. O edital e o regulamento do concurso, assim como a ficha de inscrição, estão disponíveis no link <https://www.tjms.jus.br/premiojornalístico/>.



ComunicAÇÃO pela Igualdade de Gênero



**inscrições até
31 de agosto de 2018**

**Mais informações acesse:
www.tjms.jus.br/premiojornalístico**

Prêmios em dinheiro para 1º e 2º colocados

Reportagens publicadas de janeiro a agosto de 2018

Vamos premiar os melhores conteúdos sobre o tema em jornal, revista, online, rádio, TV e ainda: fotojornalismo e universitário

INSCREVA-SE JÁ! PARTICIPE!



Os trabalhos devem contemplar os seguintes temas: O fenômeno da violência contra a mulher em MS; As contribuições do feminismo na sociedade contemporânea; A participação da mulher nos espaços de poder; A persistência da violência contra a mulher, causas e efeitos.

O diretor da Secretaria de Comunicação do Tribunal de Justiça, Carlos Kuntzel, acredita que o

prêmio mostrará belíssimos trabalhos de profissionais de MS como contribuição para a efetiva construção da igualdade de gênero.

“Os profissionais de Comunicação desempenham importante papel na construção de pensamento e opinião da população ao retratar a sociedade, pautar discussões e divulgar as ações desenvolvidas pela Coordenadoria da Mulher em sua luta diária, que é o combate à violência de gênero. Tenho certeza que os resultados serão excelentes”.

A juíza Jacqueline Machado, que responde pela Coordenadoria da Mulher e pela primeira Vara de Medidas Protetivas do país, lembrou a relevância da imprensa na produção de conteúdo jornalístico que contribua para a discussão, reflexões e combate a todo tipo de violência contra a mulher.

“Os profissionais de jornalismo são extremamente importantes no processo de construção da cultura de igualdade entre os gêneros e para a erradicação da violência contra as mulheres”, ressaltou a juíza.

Entre os objetivos do certame estão a produção de conteúdo jornalístico que contribua para a prevenção, o combate e a eliminação de todas as formas de manifestação de violência contra as mulheres; proteção, valorização e promoção dos direitos das mulheres; além de promover reflexões para a desconstrução da cultura de violência contra as mulheres.

Com o prêmio será possível também incentivar discussões e reflexões sobre estereótipos, masculinidades, leis, linguagem, mídia e objetificação da mulher, que reforçam a desigualdade de gênero; estimular a produção de conteúdo jornalístico que contribua para a politização da sociedade, no que se refere à construção da igualdade de gênero; e valorizar as iniciativas no jornalismo sul-mato-grossense que contribuam para o entendimento da violência de gênero como um problema estrutural das desigualdades sociais e econômicas.

Serão aceitas somente inscrições de trabalhos inéditos, veiculados no período de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2018, em meios de comunicação reconhecidos em Mato Grosso do Sul - vedada a participação de pessoas jurídicas públicas ou privadas.

Uma comissão será designada para dirimir dúvidas e outras questões do certame, podendo, inclusive, decidir pela não outorga do prêmio a uma ou mais categorias se concluir que os trabalhos concorrentes não cumprem os requisitos do concurso.

Os trabalhos inscritos serão avaliados pela adequação ao tema proposto, linguagem, coerência editorial, originalidade, utilidade social e fontes consultadas. Os vencedores receberão prêmio em dinheiro.

Os valores serão assim distribuídos: R\$ 3.500,00 para o primeiro colocado e R\$ 2.000,00 para o segundo para as categorias Telejornalismo, Jornalismo impresso, Jornalismo Online, Radiojornalismo e Fotojornalismo. Os vencedores da categoria Universitário receberão R\$ 1.500,00 e R\$ 1.000,00, respectivamente.

Dados apontam assassinato de dois jornalistas e agressão a 41 só neste ano

Unesco mostra que, nos últimos 12 anos, apenas 10 entre 38 casos de assassinatos de profissionais de comunicação foram solucionados

(Comunique-se, 08/05/2018 - acesse no site de origem)

Até maio de 2018, dois jornalistas já foram assassinados no Brasil e houve 41 casos de violência não letal, como socos e pontapés e disparo de bala de borracha. Os dados são da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Os números foram apresentados nesta segunda-feira, 7. A revelação foi feita durante audiência pública do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Na audiência, o diretor da Abert, Paulo Tonet Camargo, lembrou que o Brasil ocupa o 102º lugar em ranking de liberdade de imprensa; material elaborado pela organização Repórteres sem Fronteiras, entre 180 países avaliados. Relatório lançado em março pela associação mostra que no ano passado houve um caso de assassinato de jornalista no país e 82 de violência não-letal. As agressões envolveram pelo menos 116 profissionais e veículos de imprensa.

Leia mais: [Raquel Dodge defende liberdade de expressão e proteção a jornalistas \(Notícias ao Minuto, 09/05/2018\)](#)

“A violência contra jornalistas é um ataque à liberdade de expressão”, afirmou Tonet. “Vivemos um momento de intolerância, porque as pessoas perderam a capacidade de conviver com o contraditório”, salientou. Para ele, “nunca o jornalismo foi tão importante e tão relevante, como nestes tempos de *fake news*”.

Impunidade

Na audiência, Josemar Pinheiro, representante da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert), observou que radialistas e jornalistas vêm sendo vítimas também de censura e assédio moral. Ele destacou que os crimes contra os profissionais, de forma geral, não vêm sendo punidos. Conforme ele, as denúncias também não têm gerado medidas protetivas. Pinheiro acredita que fatores como a desregulamentação da profissão contribuem para esse cenário.

Segundo Adauto Soares, coordenador de comunicação e informação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, nos últimos 12 anos, 38 jornalistas foram assassinados. Desses, apenas 10 foram solucionados.



Para a presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a conselheira Maria José Braga, a impunidade é combustível da violência. Ela apontou que os jornalistas são atingidos ainda pelo despreparo das forças de segurança brasileiras, pela tradição de violência das polícias militares e pela intimidação de políticos. Ela também denunciou o descaso das empresas de comunicação com a segurança dos profissionais. “As empresas de comunicação têm responsabilidade, porque elas precisam, sim, tomar medidas protetivas mitigatórias de risco, quando houver risco”, destacou.

“No Brasil, nos últimos 12 anos, 38 jornalistas foram assassinados. Desses, apenas 10 foram solucionados”

Maria José sugeriu a criação do Observatório de Violência Contra os Comunicadores no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ela defendeu ainda que haja compromisso do governo federal de orientação para as forças de segurança do país para proteção; e não agressão, do jornalista.

O presidente do Conselho de Comunicação Social, Murillo de Aragão, defendeu a educação da sociedade civil para lidar com a violência contra jornalistas e radialistas. “A sociedade precisa entender e respeitar o papel da imprensa como um bem valioso para o próprio funcionamento da democracia”, afirmou. Ele citou como modelo a campanha do jornal Correio Braziliense pela paz no trânsito. A ação do jornal foi iniciada há cerca de 20 anos, a qual, na sua visão, teria gerado mudança cultural na cidade.

Momento dramático

“Nunca vi um momento tão dramático para o exercício da profissão como o atual”, disse o conselheiro suplente Domingos Meirelles, indicado pela Associação Brasileira de Imprensa. Ele

ressaltou que inclui nesta avaliação o período da ditadura militar: “Naquela época, havia um profundo respeito entre o ditador de plantão e a classe jornalística”, opinou. “É contradição que em pleno estado democrático de direito o jornalista viva toda a sorte de violência, o que não acontecia na ditadura”, completou.

Meirelles destacou ainda a perda da representação social do jornalista na sociedade brasileira. “O jornalista se proletarizou, recebendo salário infame, o que o deixa mais suscetível a mazelas”, avaliou.

[‘New York Times’ e ‘New Yorker’ levam Pulitzer por denúncias de assédio sexual em Hollywood](#)

Veículos americanos publicaram primeiras reportagens sobre casos envolvendo o ex-produtor Harvey Weinstein que deflagraram o movimento ‘#MeToo’ (#EuTambém)

[\(O Globo, 16/04/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O jornal “New York Times” e a revista “New Yorker” ganharam o Pulitzer, principal prêmio da imprensa dos EUA, na categoria “serviço ao público” pela publicação das primeiras reportagens com denúncias de assédio sexual contra o ex-todo-poderoso produtor de Hollywood Harvey Weinstein. A revelação dos casos de agressão sexual por [atrizes famosas](#) e trabalhadoras anônimas da indústria do cinema deflagraram o movimento #MeToo (#EuTambém), em que mulheres ao redor do mundo vieram a público relatar as violências que foram vítimas.

Os vencedores do Pulitzer de 2018 estão sendo anunciados na tarde desta segunda-feira em evento na Universidade de Columbia, em Nova York. Nas reportagens que valeram o prêmio, o “New York Times” e a “New Yorker” relataram como Weinstein usou sua influência em Hollywood para se aproximar e assediar mulheres durante décadas impunemente. Os advogados do ex-produtor afirmam que ele nega qualquer contato sexual não consensual com qualquer mulher nestes anos todos.

O prêmio foi dado à equipe liderada por Jodi Kantor no “Times” e ao colaborador da “New Yorker” Ronan Farrow pelas reportagens exclusivas que derrubaram o magnata de Hollywood e despertaram uma avalanche de acusações contra outros homens poderosos.

Os dois veículos receberam o Pulitzer “por um jornalismo explosivo, de impacto, que expôs os predadores sexuais poderosos e endinheirados, incluindo um dos produtores mais influentes de Hollywood”, destacou Dana Canedy, administradora do Pulitzer, durante cerimônia na escola de jornalismo da Universidade de Columbia.

Estes artigos revelaram “denúncias durante longo tempo suprimidas por coerção, brutalidade

e silenciamento das vítimas, o que alentou uma reflexão mundial sobre o abuso sexual de mulheres”.

Weinstein, 66 anos e criador dos estúdios Miramax, é alvo de investigações criminais em Londres, Los Angeles e Nova York, mas até o momento não há uma denúncia formal contra o produtor, que também enfrenta múltiplos processos civis das vítimas.

Farrow, filho da atriz Mia Farrow e do cineasta Woody Allen, agradeceu a toda equipe da “New Yorker” “por defender esta história quando outros queriam enterrá-la”. O jornalista conseguiu publicar a denúncia na revista após tentativas mal sucedidas de divulgá-la no canal CBS.

JORNALISMO INVESTIGATIVO

O jornal “The Washington Post” ganhou o Pulitzer de jornalismo investigativo por seu trabalho “implacável e decidido” que mudou a eleição para o Senado no estado do Alabama ao revelar que o senador Roy Moore, que tentava a reeleição e era apoiado pelo presidente Donald Trump, assediou sexualmente no passado várias adolescentes.

O adversário de Moore, Doug Jones, conquistou a cadeira para o Senado em dezembro e se tornou o primeiro senador democrata pelo Alabama em 25 anos, um duro golpe para o presidente americano.

“The New York Times” e “The Washington Post” compartilharam ainda o Pulitzer de reportagem internacional por seus artigos sobre a interferência da Rússia nas eleições presidenciais de 2016 e suas conexões com a campanha eleitoral de Trump, a equipe de transição e de governo.

Em outras categorias, a agência de notícias Reuters ganhou dois Pulitzer. Os repórteres Claire Baldwin, Andrew R.C. Marshall e Manuel Mogato venceram pela “reportagem implacável que expôs a campanha brutal de assassinatos por trás da guerra do presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, às drogas”, disse o comitê do Pulitzer.

O segundo prêmio à agência foi de fotografia pelas “imagens chocantes que expuseram ao mundo a violência que refugiados rohingyas enfrentaram na fuga de Mianmar”.

O Pulitzer também reconheceu como melhor “Reportagem Explicativa” as matérias do “Arizona Republic” e do “USA Today” sobre os impactos da construção do muro na fronteira dos Estados Unidos com o México.

FATO INÉDITO NA MÚSICA

O álbum “DAMN.”, de Kendrick Lamar, venceu o Pulitzer de Música. O rapper é o primeiro músico fora do jazz ou música clássica a ganhar a honraria. “‘DAMN.’ é uma coleção virtuosa de músicas unificada pela autenticidade e dinamismo rítmico que oferecem uma visão da complexidade da vida moderna de afro-americanos”, justificou o site do prêmio.

O Pulitzer é o prêmio mais importante do jornalismo americano e é concedido desde 1917.

Jornalistas da EBC são orientados a reduzir cobertura da morte de Marielle

Chefes da empresa federal enviaram e-mails para equipe; direção diz que foram advertidos

(O Globo, 20/03/2018 - acesse no site de origem)

Jornalistas e radialistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em Brasília, protestaram nesta terça-feira contra mensagens recebidas de gerentes da companhia - que reúne a Agência Brasil, a Radio Nacional e a TV Brasil -, orientando a equipe para reduzir o número de matérias sobre as mortes da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. Num dos e-mails, havia a recomendação para não cobrir manifestações contra os assassinatos ocorridos no Rio. Indignados, os profissionais cruzaram os braços no início da tarde e buscaram amparo no Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, que entrará com uma representação no Ministério Público Federal.

As mensagens enviadas foram reproduzidas na internet. Numa delas, de ontem, o gerente-executivo da Agência Brasil, Alberto Coura, pede que uma repórter seja orientada a “não fazer manifestações sobre a morte da vereadora. Estão repetitivas e cansativas. Nos jornais só há artigos e, você sabe, não publicamos esta forma de opinião. Claro que, se houver fato novo relevante, deve fazer”.

Já o gerente de redação da Agência Brasil, Roberto Cordeiro, disse por e-mail: “Precisamos reduzir matérias da morte da vereadora Marielle Franco. Essas homenagens do PSOL são para tirar proveito do momento. Ou outras repercussões do gênero. Devemos nos concentrar nas investigações e naquilo que dizem as autoridades”.

A EBC é uma empresa pública federal e, de acordo com informações publicadas em seu site, “cumpre sua função de prestadora de serviços e contribui para o objetivo de ampliar o debate público sobre temas nacionais e internacionais, de fomentar a construção da cidadania, com uma programação educativa, inclusiva, artística, cultural, informativa, científica e de interesse público, com foco no cidadão”. Coordenador do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Gésio Passos diz que as mensagens não são compatíveis com a missão da empresa e comprovam a falta de independência editorial do grupo, além da interferência externa na produção:

- Além da denúncia pública do caso, vamos entrar com uma representação no Ministério Público Federal para apurar o abuso.

Em nota, a EBC disse que a direção da empresa foi surpreendida com a informação de que houve orientação na Agência Brasil para reduzir a cobertura dos assassinatos e que o assunto tem sido amplamente coberto por todos os veículos do grupo. Segundo ela, só a Agência Brasil produziu, do dia 14 de março até as 12h09m desta terça, 41 reportagens, seis galerias de imagens, uma reportagem em inglês e duas em espanhol sobre os assassinatos de Marielle e Anderson. “A orientação repassada pela gerência da Agência Brasil contraria a determinação do comando editorial da empresa de sempre pautar seus veículos pela melhor prática do jornalismo. Seus profissionais devem cobrir todos os temas da agenda nacional, como o caso Marielle, noticiando os fatos do dia a dia. Em razão do ocorrido, o responsável foi formalmente

advertido, e a direção enviou comunicado a todos os seus empregados reforçando a premissa editorial da empresa”, informou a nota.

Ediane Merola